



COMARCA DE BARCARENA

Período da correição:	<i>03 a 07 de outubro de 2011</i>
Juiz Auxiliar da CJCI:	<i>Cristiano Arantes e Silva</i>
Analistas Judiciários da CJCI:	<i>Francisco de Assis Fiuza Alessandra Ormanes Tamer</i>

I. INFORMAÇÕES INICIAIS

1. LOCALIZAÇÃO DO FÓRUM

Av. Magalhães Barata, s/nº - Bairro Centro – Fones (91) 3753-1422 / 3753-1644

Varas existentes: 1ª Vara Cível, 2ª Vara Cível e 3ª Vara Criminal.

Juizes em exercício: João Lourenço Maia da Silva (Titular da 2ª Vara e respondendo cumulativamente pela 1ª) e Roberto Andrez Itzcovich (Titular da 3ª Vara)

2. SITUAÇÃO JURÍDICA DO IMÓVEL ONDE ESTÁ INSTALADO O FÓRUM

O prédio é do TJPA, mas não foram localizadas informações acerca da regularidade da propriedade do imóvel.

3. DISPONIBILIDADE DE SALAS E SUA UTILIZAÇÃO

Prédio constituído de dois blocos. No primeiro, funcionam: Recepção, Distribuição, Secretaria/UNAJ, 1ª e 2ª Varas e Sala dos Oficiais de Justiça. No segundo, salão do Tribunal do Júri e 3ª Vara.

4. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

O prédio não está em boas condições, necessitando de reforma. Embora o salão do júri seja amplo e atenda às necessidades, o poço artesiano foi escavado na sala secreta. Há informações de que, nas sessões do Júri, quando os aparelhos são ligados (computadores, impressoras, ar-condicionado, etc.), ocorre incêndio no poste situado defronte do prédio, ocasionando interrupção e queima da bomba d'água.

Não existe sala para reconhecimento, nem área para depósito e arquivo e muito menos sala de depósito de armas.

Em resumo, há necessidade de reforma do telhado, de reparos no reboco de algumas paredes, de reforma das instalações elétrica, hidráulica e sanitária, assim como incremento de dispositivos de segurança.

O muro que envolve o terreno do Fórum é baixo e não oferece a segurança que dele se espera. O reboco está soltando em muitas de suas partes. O jardim frontal abriga ervas daninhas e a área dos fundos (bastante extensa, por sinal) estava tomada pelo mato, no momento da inspeção.

5. LIMPEZA E HIGIENE DO LOCAL

A limpeza é precária, embora efetuada por servidores cedidos pela Prefeitura. As paredes externas e internas estão sujas e, como dito acima, necessitam de urgente recuperação. Os banheiros tem problemas de entupimento nas tubulações e descargas que não funcionam.

6. CONDIÇÕES DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS

O mobiliário está em condições razoáveis, embora algumas cadeiras e mesas exijam recuperação. Alguns computadores precisam ser substituídos.

7. EXISTÊNCIA DE RESIDÊNCIA OFICIAL DO JUIZ NA COMARCA

Praticamente não há residência oficial na Comarca. A única que existia, situada ao lado do Fórum, está parcialmente destruída, inclusive com desabamento de parte do telhado. Um dos cômodos, cuja cobertura ainda resiste, está sendo usado para guarda de materiais sucateados.

8. JUIZ DIRETOR DO FÓRUM

João Lourenço Maia da Silva

9. SERVIDOR DESIGNADO PARA A SECRETARIA DO FÓRUM

Gabriela Aquino Domingues – Analista Judiciária, acumula ainda a Chefia da UNAJ e a administração do suprimento de fundos do Fórum.

10. SERVIDORES COM ATUAÇÃO DE AUXÍLIO À ADMINISTRAÇÃO DO FÓRUM

*Gabriela Aquino Domingues – Secretária do Fórum – Bel. em Direito e Administração.
Frank Nelson dos Santos Cunha – Auxiliar de segurança com formação de nível médio.
Otávio Lopes da Cruz Filho – Auxiliar de segurança com formação de nível médio.
Enio Torres Rodrigues – Oficial de Justiça cursando Ciências Contábeis.
José Maria Torres Campos – Oficial de Justiça cursando Direito.
Cláudia Larissa Azevedo Barbosa – Oficial de Justiça Avaliador – Bel. em Direito
Pablo John Pereira Ataíde – Oficial de Justiça – nível médio.
Victor Hugo Magno e Silva – Oficial de Justiça Avaliador – Bel. em Direito.
Maria Raimunda do Carmo Souza – Auxiliar de limpeza – serviço de copa.
Osvaldina dos Santos Rosário – Auxiliar de limpeza – serviço de copa.
Carlos Angelo Oliveira Coelho* – vigilante noturno.
Divã Oliveira da Silva* – vigilante noturno.
Yanna Cláudia Cordovil da Mota* – Auxiliar no Protocolo
José da Costa Correa* – Central de Mandados.
Deuzimira dos Santos Coutinho* – Recepção
José Guilherme Fernandes dos Santos* – Oficial de Justiça “ad hoc”
Mário Francisco Furtado da Cruz* – Oficial de Justiça “ad hoc”*

**Servidores cedidos pela Prefeitura de Barcarena*

11. VEÍCULOS

*Automóvel Fiat/Palio 2008/2009 – bom estado de conservação. Para uso dos juízes.
Motocicleta marca Honda Modelo CG125 Fun ano 2007 – bom estado. Usada pelos
Oficiais de Justiça.*

II. APOIO À JURISDIÇÃO**12. PRESENÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMARCA**

Atualmente, apenas um Promotor de Justiça atende á Comarca de Barcarena.

13. PRESENÇA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA COMARCA

Há duas Defensoras Públicas atuando em Barcarena.

III. RECURSOS TECNOLÓGICOS DE INFORMAÇÃO

14. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Computadores: 6 (seis) na 1ª Vara, 8 (oito) na 2ª Vara, 8 (oito) na 3ª Vara, 1 (um) na Secretaria, 2 (dois) na Distribuição, 3 (três) na sala dos Oficiais de Justiça e 1 (um) na recepção. Todos em bom estado.

Impressoras: 5 (cinco) na 1ª Vara (sendo 2 matriciais para impressão de etiquetas), 4 (quatro) na 2ª Vara (sendo uma matricial), 4 (quatro) na 3ª Vara (uma matricial), 3 (três) na Distribuição (2 matriciais), 4 (quatro) na Sala dos Oficiais de Justiça (2 matriciais) e 1 (uma) na recepção.

15. SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

O sistema utilizado na Comarca é o LIBRA.

Todos os servidores das Secretarias possuem senha para ter acesso ao LIBRA, com exceção dos Oficiais de Justiça. O LIBRA funciona a contento, todos os processos já se encontram cadastrados nele, assim como toda a movimentação processual.

16. ACESSO À INTERNET

As condições de acesso à internet são consideradas boas. O e-mail da Comarca possui baixa capacidade de armazenamento, sendo constantemente necessário apagar algumas mensagens para que se possa continuar a recebê-las. A caixa de mensagens é aberta diariamente. Todas as secretarias possuem e-mail.

17. PONTOS DE REDE

Total de pontos de rede: 31 (trinta e um). 1ª Vara = 8 (oito); 2ª Vara = 6 (seis), 3ª Vara = 7 (sete), Salão do júri = 2 (dois), Secretaria/Arrecadação = 2 (dois), Distribuição = 3 (três), Sala dos Oficiais de Justiça = 2 (dois – embora um deles não funcione) e 1 (um) na Distribuição.

1ª VARA CÍVEL

18. COMPETÊNCIAS

A competência da 1ª Vara Cível abrange Família, Comércio, Fazenda Pública e Infância e Juventude.

19. JUIZ COM ATUAÇÃO NA VARA

O magistrado com atuação na Vara é o Dr. João Lourenço Maia da Silva, Titular da 2ª Vara, mas cumulando a 1ª desde 08/08/2011.

A unidade judiciária tem passado, nos últimos anos, por absoluta ausência de juiz titular, o que compromete sobremaneira o desempenho da prestação jurisdicional.

Não há juiz auxiliar designado para a Vara.

A sequencia a seguir demonstra a alta rotatividade de juízes na Vara:

Seq.	Juiz	Período
01	Raimundo Rodrigues Santana (Titular)	Jan/2009 a jun/2009
02	Roberto Andrez Itzcovich	Jul/2009
03	João Lourenço Maia da Silva	27/ago a 30/ago/2009
04	Roberto Andrez Itzcovich	Set/2009
05	Raimundo Rodrigues Santana (Titular)	Out/2009 a fev/2010
06	João Lourenço Maia da Silva	Mar/2010
07	Raimundo Rodrigues Santana	Abr/2010
08	João Lourenço Maia da Silva	03/mai a 10/mai/2010
09	Cynthia Beatriz Zanlochi Vieira	11/mai a jun/2010
10	Caio Marco Berardo (cumulando com a 2ª Vara)	Jul a set/2010
11	Kátia Tatiana Amorim de Sousa	Out/2010
12	Caio Marco Berardo*	Nov/2010 a jan/2011
13	Roberto Andrez Itzcovich	Fev/2011
14	Caio Marco Berardo	Mar/2011
15	Roberto Andrez Itzcovich**	Mar/2011
16	Caio Marco Berardo	25/mar a abr/2011
17	João Lourenço Maia da Silva	Mai/2011 a jun/2011
18	Caio Marco Berardo***	Jun/2011
19	Caio Marco Berardo****	Jul/2011 a 08/ago/2011
20	João Lourenço Maia da Silva	08/ago/2011 até a inspeção

* Cumulando com Igarapé-Miri, 2ª e 3ª Varas de Barcarena e Tailândia

** Em razão de licença médica do Dr. Caio Marco Berardo

*** Como Auxiliar

**** Respondendo cumulativamente pelas 2ª e 3ª Varas

20. SERVIDORES COM ATUAÇÃO NA VARA

Servidores do TJPA:

Cidclay Alves de Oliveira – Diretor de Secretaria. Graduado em Jornalismo.

Thatiana de Cássia F. Rocha – Analista Judiciária. Assessora de Gabinete. Graduada em Direito.

Servidores cedidos pela Prefeitura de Barcarena:

Cecília Von Paumgarten – Auxiliar de Secretaria. Cursando Administração.

Carmen do Rosário Palheta – Auxiliar de Secretaria. Cursando Serviço Social.

Daria Pinheiro Gonçalves – Auxiliar de Secretaria. Nível Médio.

21. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O Diretor de Secretaria refere a necessidade de alocação de mais um computador e um ponto de rede.

22. ACERVO PROCESSUAL

O número de processos, de acordo com os registros existentes no LIBRA, era de 3.889 (Três mil, oitocentos e oitenta e nove). Em razão das dificuldades operacionais, não foi possível efetuar a contagem física.

Os autos processuais são sempre cadastrados no Libra, assim como os atos praticados pelo juiz. O acervo está assim discriminado:

Ações cíveis em geral = 3.188

Ações de execução fiscal = 692

Ação Civil Pública (excluindo-se as de Improbidade Administrativa) = 05

Ação Civil Pública – Improbidade Administrativa = 03

Ação Popular = 01

23. CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS

O Diretor de Secretaria refere ter participado do seminário de coleta de subsídios para confecção do Manual de Rotinas e vem buscando cumprir regularmente as suas diretrizes.

24. CUMPRIMENTO DA META 1/CNJ

Até o momento da inspeção, a Vara não estava conseguindo cumprir a Meta 1 do CNJ, em razão da falta de juiz titular. Os que têm sido designados respondem cumulativamente com outras, o que dificulta a prolatação de sentenças em número igual ou superior ao de ações ajuizadas no período.

25. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE LIMINARES OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

O Diretor de Secretaria refere não haver pendências nesse sentido.

26. IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS QUE ENVOLVEM PRIORIDADES LEGAIS

O Diretor de Secretaria refere apenas cumprimento parcial, justificando-se pela ausência de servidores e pelo grande volume de trabalho.

27. ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS EXISTENTES NA VARA

<i>Processo</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tramitação</i>
<i>0001307-31.2006</i>	<i>Usucapião</i>	<i>Aguarda manifestação do autor, que não foi localizado para manifestar-se, embora procurado por três vezes.</i>
<i>0001221-73.2006</i>	<i>Reintegração de posse</i>	<i>Conclusos desde 13.08.2004. Em 08.09.2011 = ato ordinatório do Diretor de Secretaria para que o autor manifeste interesse.</i>
<i>0001345-35.2006</i>	<i>Cobrança</i>	<i>Audiência de tentativa de conciliação em 25/02/2003. Em 08.09.2011 = ato ordinatório do Diretor de Secretaria para que o autor manifeste interesse.</i>

0002629-17.2006	Despejo	Conclusos desde 23/09/2002 Em 06.09.2011 = ato ordinatório do Diretor de Secretaria para que o autor manifeste interesse.
0002529-32.2006	Execução	Aguarda manifestação do exequente desde 22/05/2000
0001925-45.2006	Indenização	Petição do autor (19/10/2009) para juntada de procuração. Em 08.09.2011 = ato ordinatório do Diretor de Secretaria para que o autor manifeste interesse.
0000676-61.2005	Execução	Mandado de penhora devolvido em 17/06/2009, no qual o Oficial de Justiça certifica não ter cumprido a diligência. Em 06.09.2011 = ato ordinatório do Diretor de Secretaria para que o autor manifeste interesse.
0002025-30.2006	Prestação de contas	Audiência de instrução e julgamento = 01/10/2003 Em 06.09.2011 = ato ordinatório do Diretor de Secretaria para que o autor manifeste interesse.
0001826-55.2006	Despejo	Conclusos em 06/10/2004. Decisão interlocutória em 10/05/2006. Em 16/12/2009 o autor solicitou vistas fora da secretaria. Em 06.09.2011 = ato ordinatório do Diretor de Secretaria para que o autor manifeste interesse.
0000151-88.2006	Interdito proibitório	Último andamento: "diga o autor". Mandado expedido em 09/02/2007, não foi cumprido, conforme certidão datada de 01/03/2007.

28. ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS NO SITE DO TJPA

SISTEMA	SIM	NÃO
Sistema de Informações da Corregedoria	X	
Sistema Nacional de Bens Apreendidos	X	
BACENJUD	X	
Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa	X	
INFOJUD	X	

Nota técnica expedida pelo Chefe da Seção do Serviço de Registro das Atividades Judiciais revela que existem as seguintes pendências:

Sistema Justiça Aberta: não foi informada a produtividade da serventia nos meses de agosto/2009, abril/2010 e dezembro/2010; não foi informada a produtividade do magistrado nos meses de agosto/2009, abril/2010, outubro/2010 e dezembro/2010.

29. ADEQUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS

29A. RECEBIDAS	29B. DEVOLVIDAS	29C. TRAMITANDO
Em 2009 = 213	Em 2009 = 159	38 pendentess de
Em 2010 = 210	Em 2010 = 178	cumprimento
Em 2011 = 214	Em 2011 = 196	

30. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO CUMPRIDAS

Processo	Recebimento	Finalidade
----------	-------------	------------

0001062-58.2009	06/05/2009	Avaliação de bens. Aguarda pagamento de custas
0002941-93.2011	22/11/2010	Penhora de bens.
0002948-58.2010	22/11/2010	Citação, penhora e avaliação.
0002977-10.2010	24/11/2010	Intimação de parte.
0003131-16.2011	09/12/2010	Citação.
0003155-90.2011	10/12/2010	Interrogatório
0000047-34.2011	09/01/2011	Citação, penhora e avaliação.
0000286-03.2011	31/01/2011	Citação, penhora e avaliação.
0000653-11.2011	11/03/2011	Citação e reintegração
0000751-06.2011	24/03/2011	Citação, penhora e avaliação.
0001057-28.2011	20/04/2011	Citação
0001282-67.2011	18/05/2011	Busca e apreensão.
0001491-89.2011	08/06/2011	Citação, penhora e avaliação.
0001652-60.2011	20/06/2011	Citação, penhora e avaliação
0001801-91.2011	08/07/2011	Realização de estudo social
0001982-59.2011	02/08/2011	Intimação de sentença.
0002050-10.2011	05/08/2011	Citação.
0002137-81.2011	09/08/2011	Citação.
0002167-19.2011	12/08/2011	Citação.
0002196-69.2011	18/08/2011	Citação.
0002226-07.2011	22/08/2011	Citação, penhora e avaliação.
0002248-65.2011	25/08/2011	Citação.
0002236-51.2011	25/08/2011	Citação, penhora e avaliação.
0002239-06.2011	25/08/2011	Citação, penhora e avaliação.
0002262-49.2011	30/08/2011	Citação.
0002295-39.2011	31/08/2011	Prisão civil.
0002294-54.2011	31/08/2011	Citação.
0002366-41.2011	12/09/2011	Intimação de audiência.
0002367-26.2011	12/09/2011	Prisão civil.
0002493-76.2011	27/09/2011	Realização de estudo social
0002994-61.2011	28/09/2011	Citação / intimação
0002502-38.2011	29/09/2011	Intimação para audiência.
0002542-20.2011	03/10/2011	Intimação de decisão.
0002559-56.2011	05/10/2011	Citação, penhora e avaliação.
0002574-25.2011	06/10/2011	Citação, penhora e avaliação.
0002569-03.2011	06/10/2011	Citação.
0002567-33.2011	06/10/2011	Intimação de sentença.
0002587-24.2011	07/10/2011	Citação.
31. CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A OUTROS JUÍZOS		
31A. VERIFICAR EXISTENCIA DE CONTROLE <i>Sim. A Secretaria dispõe de mecanismo de controle.</i>	31B. SE HÁ REITERAÇÕES <i>As reiterações não são feitas regularmente, em razão da falta de servidores na Secretaria, sendo dada prioridade a outras atividades.</i>	

32. PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES		
32A. PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO <i>Não há pendências.</i>	32B. PENDENTES DE CONCLUSÃO <i>Há algumas pendências</i>	32C. PENDENTES DE DESPACHO <i>Também há pendências.</i>
33. PETIÇÕES INTERLOCUTÓRIAS PENDENTES		
33A. NÃO JUNTADAS 95	33B. NÃO REMETIDAS À CONCLUSÃO <i>Não há.¹</i>	33C. NÃO DESPACHADAS <i>Não há</i>
34. PENDENCIAS DA SERVENTIA		
34A. MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA		
Nome	Qte.	Data mais antiga
<i>Cláudia Larissa Azevedo Barbosa</i>	07	01/04/2011
<i>Ênio Torres Rodrigues</i>	66	14/07/2011
<i>José Guilherme Fernandes dos Santos</i>	19	16/06/2011
<i>Mário Francisco Furtado da Cruz</i>	25	18/02/2011
<i>Pablo John Pereira de Ataíde</i>	15	14/01/2011
<i>Victor Hugo Magno e Silva</i>	52	03/08/2011
35. PROCESSOS CONCLUSOS		
35A. HÁ MENOS DE 100 DIAS: 294	35B. HÁ MAIS DE 100 DIAS 159	35C. “PRÉ-CONCLUSÃO” 1.432
36. PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA		
36A. MIN. PÚBLICO: 69 <i>Mais antiga = 24/01/2011</i>	36B. DEF. PÚBLICA: 15 <i>Mais antiga = 01/06/2011</i>	36C. ADVOGADOS: 17 <i>Mais antiga = 05/10/2010</i>

INFÂNCIA E JUVENTUDE

37. ACERVO PROCESSUAL

Segundo a contagem física, havia, no momento da inspeção, 398 (Trezentos e noventa e oito) processos relativos a Infância e Juventude. Não foi possível extrair do LIBRA o número de processos ali registrados.

38. DISCRIMINAÇÃO DO ACERVO

<i>Natureza</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Infância e Juventude – Geral</i>	398
<i>Ato Infracional</i>	310
<i>Ação de Guarda</i>	31
<i>Adoção</i>	36
<i>Estado de risco</i>	21

39. QUANTIDADE DE MENORES INFRATORES INTERNADOS PROVISORIAMENTE

Havia, no período da inspeção, 3 (três) menores infratores internados provisoriamente. Não havia, segundo informações da Secretaria, nenhum caso de menor infrator com prazo de 45 dias extrapolado.

¹ Informação prestada pelo Diretor de Secretaria.

40. QUANTIDADE DE MENORES INFRATORES INTERNADOS DEFINITIVAMENTE
Segundo a Secretaria, não há como informar esse dado, pois a execução é feita em Belém.

41. MENORES INFRATORES CUMPRINDO OUTRA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA
Havia apenas um menor nessa condição.

42. VERIFICAR SE AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS SÃO EXECUTADAS E FISCALIZADAS PELA PRÓPRIA UNIDADE JUDICIÁRIA.
A execução de medidas socioeducativas é feita em parceria com o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), já que a Vara não conta com equipe multidisciplinar.

43. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.
Não há pendências nesse sentido.

44. VERIFICAR SE O JUÍZO IDENTIFICA OS FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS OU POR OUTRO MEIO.
Os feitos são identificados por etiquetas apropriadas. No caso de internação, a Secretaria põe uma papeleta sobre a capa dos autos.

45. CONCLUSÕES EXTRAÍDAS DA ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS

<i>Processo</i>	<i>Natureza da ação</i>	<i>Andamento</i>
0000531-31.2006	<i>Ato infracional</i>	<i>Audiência de apresentação não realizada. Menor não encontrado. Completou 21 anos em jun/2011.</i>
0000571-25.2006	<i>Ato infracional</i>	<i>Aguarda estudo social. Informam os autos que já completou 21 anos.</i>
0000661-60.2006	<i>Ato infracional</i>	<i>Audiência de apresentação não realizada. Busca do menor. Autos informam que completou 21 anos em 17/02/2011.</i>
0000692-02.2006	<i>Ato infracional</i>	<i>Audiência de apresentação realizada. Alguns dos representados já completaram 21 anos.</i>
0000799-49.2006	<i>Ato infracional</i>	<i>MP requereu arquivamento. Completou 21 anos de 21/05/2011</i>
0000862-25.2006	<i>Guarda provisória</i>	<i>Citação infrutífera. Aguarda despacho do juiz para impulsionamento.</i>
000878-42.2006	<i>Procedimento especial</i>	<i>Aguarda estudo social/manifestação do MP.</i>
0000883-17.2006	<i>Procedimento especial</i>	<i>Aguarda localização da genitora do menor. Ofício encaminhado ao Conselho Tutelar em 16/08/2010 não foi respondido.</i>
0000884-12.2006	<i>Procedimento especial</i>	<i>Aguarda resposta do Conselho Tutelar desde agosto de 2010.</i>
0000885-07.2006	<i>Procedimento especial</i>	<i>Último movimento = a Defensoria Pública juntou documentos comprovando que o menor frequenta escola regularmente.</i>

46. ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS RELACIONADOS NO SITE DO TJPA			
<i>Discriminação</i>		<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei – CNACL</i>		X	
<i>Cadastro Nacional de Adoção – CNA</i>		X	
<i>Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas – CNACA</i>		X	
<i>Sistema de Informações da Corregedoria</i>		X	
<i>Inspeção em Estabelecimento de Aplicação de Medida Socioeducativa</i>			X*
<i>* Prejudicado. Não há estabelecimentos na Comarca.</i>			
47. ADEQUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS			
<i>Processo</i>	<i>Recebimento</i>	<i>Finalidade</i>	
<i>0003081-51.2009</i>	<i>10/11/2009</i>	<i>Busca e apreensão de menor.</i>	
<i>0000406-40.2009</i>	<i>26/02/2009</i>	<i>Busca e apreensão de menor</i>	
<i>0000817-22.2009</i>	<i>14/04/2009</i>	<i>Busca e apreensão de menor</i>	
<i>0001712-30.2010</i>	<i>28/06/2010</i>	<i>Realização de audiência visando remissão</i>	
<i>0002056-56.2010</i>	<i>10/08/2010</i>	<i>Notificação da genitora do socioeducando.</i>	
<i>0003086-47.2010</i>	<i>02/12/2010</i>	<i>Dar cumprimento à medida de Liberdade Assistida.</i>	
<i>0003071-25.2010</i>	<i>02/12/2010</i>	<i>Dar cumprimento à medida de Liberdade Assistida.</i>	
<i>0000368-78.2011</i>	<i>08/02/2011</i>	<i>Notificar vítima para audiência.</i>	
<i>0000635-04.2011</i>	<i>10/03/2011</i>	<i>Comunicação de fuga e mandado de busca.</i>	
<i>0001614-56.2011</i>	<i>18/06/2011</i>	<i>Estudo psicossocial do adolescente.</i>	
<i>0001693-49.2011</i>	<i>27/06/2011</i>	<i>Dar cumprimento à medida de Liberdade Assistida.</i>	
<i>0001668-77.2011</i>	<i>21/06/2011</i>	<i>Dar cumprimento à medida de Liberdade Assistida</i>	
<i>0001858-97.2011</i>	<i>12/07/2011</i>	<i>Realização de audiência de apresentação.</i>	

1ª VARA CÍVEL – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A estrutura disponível da Vara não é condizente com o movimento, sendo necessárias algumas intervenções específicas, cujas providências sugere-se sejam determinadas pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior a partir das conclusões e recomendações a seguir.

Quanto às instalações físicas

Como se verá mais adiante, a estrutura do prédio exige reforma imediata. Os espaços são exíguos diante da expressiva quantidade de processos. Há necessidade, portanto, de ampliação da área disponível para a Secretaria da Vara.

Quanto à disponibilidade (ou carência) de juiz

Durante um longo tempo, a Vara ressentiu-se da presença constante de um juiz, o que ocasionou elevação da taxa de congestionamento da serventia. Com a designação da juíza Alessandra Isadora Vieira Marques, titularizada em 27/10/2011, espera-se que os problemas se tenham minimizado na Unidade Judiciária.

Quanto à presença dos órgãos de apoio à jurisdição

Requer-se que o Ministério Público disponibilize maior número de Promotores para atuação na Comarca e, por conseguinte, na 1ª Vara.

Quanto à disponibilidade de recursos humanos

O número de servidores é insuficiente para atendimento da expressiva demanda da Vara. Os únicos servidores do quadro efetivo do TJPA são: Cidclay Alves de Oliveira, com graduação em Jornalismo, que exerce a função de Diretor de Secretaria, Thatiana de Cássia F. Rocha, Analista Judiciária com formação em Direito, que exerce função de assessoria no gabinete do juiz, e Daria Pinheiro Costa, Atendente Judiciária que atua como auxiliar de secretaria. Os demais servidores são cedidos pela Prefeitura de Barcarena e, embora cursando faculdades, não possuem formação na seara jurídica. O ideal, portanto, seria a nomeação de servidores concursados do TJPA, especialmente Analistas Judiciários com graduação em Direito, que deverão substituir gradativamente os cedidos da municipalidade.

Quanto à estrutura de apoio à atividade jurisdicional

Os equipamentos de informática instalados na Vara são razoáveis, em número e qualidade. Requer-se, no entanto, com a ampliação do quadro de servidores, que seja alocado pelo menos mais um computador, majorando-se esse número com o tempo.

Quanto ao acervo de processos em tramitação.

A Unidade Judiciária correicionada é de porte médio, abrigando, no período da inspeção, quase quatro mil processos. Os mais antigos foram analisados e constatou-se que o seu andamento viu-se prejudicado pela ausência de juiz titular na Vara, esperando-se, com a chegada da juíza Alessandra Isadora Vieira Marques, que a tramitação volte à normalidade e busque o descongestionamento da secretaria. Há um número demasiado de processos em “pré-conclusão”, o que se contrapõe frontalmente às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça. Por essa razão, deve a nova juíza titular empreender esforços para despachá-los/decidi-los, de modo a reduzir drasticamente esse quantitativo.

Quanto à padronização de rotinas e ao alcance de metas

Não há notícia de descumprimento do Manual de Rotinas instituído pelas Corregedorias de Justiça, havendo prejuízo sensível, no entanto, em relação às metas preconizadas pelo CNJ. A falta de juiz titular contribuiu sobremaneira para o fracasso da Meta 1. Com a assunção da titularidade, acredita-se que esse quadro possa mudar.

Quanto à alimentação dos sistemas de informação disponibilizados pelo CNJ e pela CJCI

Sugere-se recomendar à juíza titular que, juntamente com o Diretor de Secretaria, procure manter alimentados os bancos de dados disponíveis no endereço eletrônico <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>.

Quanto aos atos da Secretaria

No que tange às cartas precatórias recebidas de outros juízos, estão, no geral, com andamento atualizado. Sugere-se, no entanto, que algumas poucas cartas recebidas em 2009 (01) e 2010 (5) sejam devidamente cumpridas e devolvidas à origem,

descongestionando, assim, a Vara.

Embora a Secretaria tenha informado que procura manter controle sobre as cartas expedidas a outros juízos, é certo que ainda não dispõe de mecanismo eficaz para reiteração das cobranças de devolução, pelo que se recomenda que adote medidas nesse sentido.

As petições iniciais e intermediárias estão regulares, apenas recomendando-se a juntada de 95 (noventa e cinco) relacionadas no item 33A.

Há número expressivo de processos conclusos há menos de 100 dias (294), há mais de 100 dias (159) e em fase de “pré-conclusão” (1432), recomendando-se rápida regularização dessa situação.

Quanto às custas processuais

O Diretor de Secretaria informou que a maioria das ações já chegam à secretaria com as custas iniciais pagas, e que quando não há pagamento aguarda-se o prazo de 30 dias, após o qual certifica e encaminha para o juiz. A arrecadação da 1ª Vara no período de janeiro a setembro de 2011 foi de pouco mais de R\$ 46 mil.

A prática na Secretaria é de que as custas intermediárias sejam cobradas apenas por ocasião da finalização, o que prejudica a arrecadação. A servidora Jamile do Amaral Sales, da UNAJ, que acompanhou os trabalhos correicionais, relatou ter orientado o Diretor de Secretaria para a importância da cobrança antecipada dos atos a fim de evitar a evasão de receitas. Relatório dos setores de arrecadação do TJPA acompanha esta ata de correição.

2ª VARA CÍVEL

48. COMPETÊNCIAS

A competência da 2ª Vara Cível abrange Cível e Família por distribuição, além de ser privativa para Registros Públicos, Acidentes de Trabalho, Falências e Recuperação Judicial.

49. JUIZ COM ATUAÇÃO NA VARA

O magistrado com atuação na Vara é o Dr. João Lourenço Maia da Silva, Titular.

Os períodos de ausência do juiz foram:

Jan/2009 – Férias (respondeu o juiz Raimundo Rodrigues Santana)

Out/2009 – Férias (respondeu o juiz Roberto Andrez Itzcovich)

Jan/2010 – Férias (respondeu o juiz Roberto Andrez Itzcovich)

Mai/2010 (18 a 31) – Mutirão da CJCI (respondeu a juíza Cynthia Beatriz Z. Vieira)

Jul/2010 – Férias (respondeu o juiz Caio Marco Berardo)

Jan/2011 – Férias (respondeu o juiz Caio Marco Berardo)

Jul/2011 – Férias (respondeu o juiz Caio Marco Berardo)

No caso da Juíza Cynthia Beatriz Z. Vieira, a substituição ocorreu em face de convocação do titular para atuar em mutirão judicial promovido pela Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

50. SERVIDORES COM ATUAÇÃO NA VARA

Servidores do TJPA:

João Diogo Afonso – Analista Judiciário, Diretor de Secretaria. Graduando em Direito.

Maria de Jesus Maciel Silva – Atendente Judiciária.

Servidores cedidos pela Prefeitura de Barcarena:

Lauro da Silva Nepomuceno – Assessor de Gabinete.

Maria Eliana dos Santos Pereira – Auxiliar de Secretaria.

Max Alexandre Costa Wanzeler – Estagiário de Direito.

Luciana Ferreira Torres – Estagiária de Direito

51. EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Há 8 (oito) computadores e 4 (quatro) impressoras na Vara.

52. ACERVO PROCESSUAL

O número de processos, de acordo com os registros existentes no LIBRA, era de 1.292 (Mil, duzentos e noventa e dois). Em razão das dificuldades operacionais, não foi possível efetuar a contagem física.

Os autos processuais são sempre cadastrados no Libra, assim como os atos praticados pelo juiz. O acervo está assim discriminado:

Ações cíveis em geral (excluídas as da Meta 2) = 1.149

Cíveis Meta 2/2009 = 01

Cíveis Meta 2/2010 = 04

Reclamação Cível Lei 9.099/95 = 138

53. CUMPRIMENTO DO MANUAL DE ROTINAS <i>O Diretor de Secretaria refere estar cumprindo, na medida do possível o Manual de Rotinas.</i>		
54. CUMPRIMENTO DA META 1/CNJ <i>O Diretor de Secretaria informa que a Vara vem cumprindo a Meta 1 do CNJ, isto é, que o número de sentenças proferidas tem sido regularmente igual ou superior ao número de ações ajuizadas no período.</i>		
55. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE LIMINARES OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA <i>O Diretor de Secretaria refere não haver pendências nesse sentido.</i>		
56. IDENTIFICAÇÃO DOS FEITOS QUE ENVOLVEM PRIORIDADES LEGAIS <i>O Diretor de Secretaria refere que são identificados os feitos através do uso de fitas adesivas coloridas. Como exemplo, foram constatadas ações com fitas vermelhas (Alimentos), verdes (Cartas Precatórias), etc.</i>		
57. ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS EXISTENTES NA VARA		
<i>Processo</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tramitação</i>
<i>000121-31.2011</i>	<i>Homologação de acordo</i>	<i>Aguarda prisão civil do executado, que não foi localizado.</i>
<i>0000137-53.2001</i>	<i>Homologação de acordo</i>	
<i>0000271-49.2005</i>	<i>Execução de título extrajudicial</i>	<i>Aguarda decisão de agravo. Conclusão para despacho inicial feita seis meses após recolhimento das custas. Depois, a ação demorou mais cinco meses para expedição de mandado. Efeito suspensivo concedido no agravo datado de 25/05/2010. Desde então está suspenso.</i>
<i>0000562-70.2006</i>	<i>Busca apreensão e em alienação fiduciária</i>	<i>Aguarda manifestação do autor sobre interesse no prosseguimento da ação. O autor demorou três anos para pagar as custas.</i>
<i>0001080-02.2006</i>	<i>Execução de título extrajudicial</i>	<i>Aguarda resposta de ofícios expedidos à Receita Federal e ao DETRAN. Tramitação regular.</i>
<i>0001305-41.2006</i>	<i>Falência</i>	<i>Aguarda manifestação da autora sobre pedido da administradora da massa falida. Houve dificuldade na nomeação de administrador da massa, face à recusa dos indicados. Os autos ficaram conclusos de 13/10/2004 a 22/03/2007.</i>
<i>0003471-75.2006</i>	<i>Ação Cautelar</i>	<i>Conclusos desde 03/10/2006. A ação principal – reintegração de posse, aguarda manifestação das partes. Tramitação regular.</i>
<i>0000899-55.2007</i>	<i>Cumprimento de</i>	<i>Aguarda conclusão após a não manifestação</i>

	<i>sentença</i>	<i>do advogado do exequente, que mudou de endereço e não informou nos autos. Tramitação regular.</i>
0000903-35.2007	<i>Ação Monitória</i>	<i>Aguarda manifestação das partes. Tramitação regular.</i>
0001036-49.2007	<i>Indenização – danos morais</i>	<i>Aguarda manifestação das partes. Tramitação regular</i>
58. ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS NO SITE DO TJPA		
	SISTEMA	SIM NÃO
	<i>Sistema de Informações da Corregedoria</i>	X
	<i>Sistema Nacional de Bens Apreendidos</i>	X
	<i>BACENJUD</i>	X
	<i>Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa</i>	X
	<i>INFOJUD</i>	X
<i>A Seção do Serviço de Registro das Atividades Judiciais revelou, através de Nota Técnica, a existência das seguintes pendências:</i>		
<i>Sistema Justiça Aberta: a 2ª Vara não informou a produtividade do magistrado nos períodos de 07 e 08 de fevereiro de 2009, 1º a 13 de setembro de 2009 e 1º a 6 de fevereiro de 2010.</i>		
59. ADEQUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS		
59A. RECEBIDAS	59B. DEVOLVIDAS	59C. TRAMITANDO
<i>2010/2011 = 365</i>	<i>2010/2011 = 349</i>	<i>39</i>
60. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO CUMPRIDAS		
<i>Processo</i>	<i>Recebimento</i>	<i>Finalidade</i>
<i>0003242-22.2009</i>	<i>20/11/2009</i>	<i>Reintegração de posse (falta apoio policial)</i>
<i>0003189-17.2010</i>	<i>16/12/2010</i>	<i>Intimação de audiência</i>
<i>0002442-65.2011</i>	<i>20/09/2011</i>	<i>Prisão civil – alimentos</i>
<i>0002454-79.2011</i>	<i>21/09/2011</i>	<i>Citação</i>
<i>0002453-94.2011</i>	<i>21/09/2011</i>	<i>Intimação de audiência.</i>
<i>0000442-96.2011</i>	<i>16/02/2011</i>	<i>Busca e apreensão de veículo.</i>
<i>0001829-48.2011</i>	<i>11/07/2011</i>	<i>Citação e intimação</i>
<i>0002427-96.2011</i>	<i>20/09/2011</i>	<i>Citação do requerido</i>
<i>0002443-50.2011</i>	<i>20/09/2011</i>	<i>Averbação</i>
<i>0002405-38.2011</i>	<i>16/09/2011</i>	<i>Citação e intimação</i>
<i>0002430-51.2011</i>	<i>20/09/2011</i>	<i>Citação e intimação</i>
<i>0002429-66.2011</i>	<i>20/09/2011</i>	<i>Averbação de sentença</i>
<i>0002361-19.2011</i>	<i>09/09/2011</i>	<i>Citação.</i>
<i>0002317-97.2011</i>	<i>05/09/2011</i>	<i>Arresto de crédito</i>
<i>0001608-86.2011</i>	<i>18/06/2011</i>	<i>Busca e apreensão</i>
<i>0002297-09.2011</i>	<i>31/08/2011</i>	<i>Citação e intimação</i>
<i>0002275-48.2011</i>	<i>30/08/2011</i>	<i>Averbação de sentença.</i>
<i>0001942-65.2011</i>	<i>01/08/2011</i>	<i>Prisão civil e ofício à fonte pagadora.</i>
<i>0002442-58.2011</i>	<i>25/08/2011</i>	<i>Intimar parte sobre prosseguimento da ação.</i>
<i>0002219-15.2011</i>	<i>19/08/2011</i>	<i>Citação</i>
<i>0002136-96.2011</i>	<i>09/08/2011</i>	<i>Citação</i>
<i>0001992-09.2011</i>	<i>02/08/2011</i>	<i>Intimar requerido = conta para depósito de valores.</i>
<i>0001936-95.2011</i>	<i>01/08/2011</i>	<i>Citação e intimação</i>

0001990-19.2011	02/08/2011	Citação e intimação
0000357-36.2011	07/02/2011	Citação,penhora e avaliação.
0001213-24.2011	09/05/2011	Reintegração de posse.
0002368-11.2011	12/09/2011	Intimação.
0002298-91.2011	31/08/2011	Prisão civil – alimentos
0001805-71.2011	08/07/2011	Busca e apreensão de veículo.
0001937-90-2011	01/08/2010	Inquirição de testemunha e intimação de acusado.
0001994-96.2011	02/08/2010	Busca e apreensão de veículo.
0002114-78.2011	08/08/2010	Averbação de sentença.
0002638-56.2010	15/10/2010	Citação
0002952-38.2010	22/11/2010	Intimação para pagamento de custas
0002943-83.2010	22/11/2010	Citação
0002743-16.2010	03/11/2010	Penhora e avaliação.
0001281-72.2011	18/05/2011	Citação e intimação.
0001062-03.2011	20/04/2011	Oitiva do requerido e suas testemunhas
0000077-78.2011	12/01/2011	Citação e intimação
61. CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A OUTROS JUÍZOS		
61A. VERIFICAR EXISTENCIA DE CONTROLE O Diretor de Secretaria informa que mantém as precatórias em caixas separadas, promovendo verificação a cada 90 dias.	61B. SE HÁ REITERAÇÕES A Secretaria expede ofício reiterando devolução da carta, quando provocada pela parte interessada.	
62. PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES		
62A. PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO Não há pendências.	62B. PENDENTES DE CONCLUSÃO Há 5 (cinco) pendências recebidas na 1ª semana de outubro/2011.	62C. PENDENTES DE DESPACHO Não há pendências.
63. PETIÇÕES INTERLOCUTÓRIAS PENDENTES		
63A. NÃO JUNTADAS Não há	63B. NÃO REMETIDAS À CONCLUSÃO 24	63C. NÃO DESPACHADAS Não há
64. PENDENCIAS DA SERVENTIA		
64A. MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA		
Nome	Qte.	Data mais antiga
Cláudia Larissa Azevedo Barbosa	17	24/05/2011
Ênio Torres Rodrigues	403	16/01/2008
Harley Furtado Vieira	204	01/02/2008
José Guilherme Fernandes dos Santos	943	01/02/2008
José Maria Torres Campos	406	08/01/2008
Marcelo Augusto Sousa Rodrigues	414	08/01/2008
Mário Francisco Furtado da Cruz	681	01/02/2008
Pablo John Pereira de Ataíde	17	01/11/2010
Victor Hugo Magno e Silva	36	08/08/2011
65. PROCESSOS CONCLUSOS		
65A. HÁ MENOS DE 100	65B. HÁ MAIS DE 100	65C. “PRÉ-CONCLUSÃO”

DIAS: 57	DIAS Não há	173
66. PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA		
66A. MIN. PÚBLICO: 94 Carga mais antiga: 22/07/2009	66B. DEF. PÚBLICA: 21 Carga mais antiga: 13/05/2010	66C. ADVOGADOS: 14 Carga mais antiga: 05/07/2007
67. PROCESSOS AGUARDANDO PERÍCIA		
Processo	Natureza da ação	Data da solicitação da perícia
0002105-81.2009	Investigação de paternidade	26/11/2010
0001334-77.2010	Investigação de paternidade	03/12/2010
0001753-19.2010	Investigação de paternidade	07/12/2010
0000232-58.2010	Investigação de paternidade	14/12/2010
0002997-83.2009	Investigação de paternidade	22/02/2011
0000255-40.2010	Investigação de paternidade	22/02/2011
0001211-13.2010	Investigação de paternidade	22/02/2011
0000977-95.2009	Investigação de paternidade	22/02/2011
0001777-93.2010	Investigação de paternidade	22/02/2011
0001760-81.2010	Investigação de paternidade	22/02/2011
0002113-62.2010	Investigação de paternidade	22/02/2011
0000271-57.2010	Investigação de paternidade	22/02/2011
0002710-84.2010	Investigação de paternidade	22/03/2011
0002776-03.2008	Investigação de paternidade	01/04/2011
0002688-34.2007	Investigação de paternidade	17/05/2011

2ª VARA CÍVEL – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Quanto às instalações físicas

Como já dito anteriormente, a estrutura do prédio exige reforma imediata. Os espaços são exíguos diante da expressiva quantidade de processos. Há necessidade, portanto, de ampliação da área disponível para a Secretaria da Vara.

Quanto à disponibilidade (ou carência) de juiz

A Vara possui juiz titular e isso constitui um ponto positivo para o seu regular funcionamento. Não obstante isso, entendemos que há necessidade de alguns ajustes na capacidade operacional da Unidade Judiciária, de modo a proporcionar incremento da eficiência na prestação jurisdicional.

Quanto à presença dos órgãos de apoio à jurisdição

Requer-se que o Ministério Público disponibilize maior número de Promotores para atuação na Comarca e, por conseguinte, na 2ª Vara.

Quanto à disponibilidade de recursos humanos

O número de servidores é insuficiente para atendimento da expressiva demanda da Vara. Os únicos servidores do quadro efetivo do TJPA são: João Diogo Afonso (Diretor

de Secretaria) e Maria de Jesus Maciel da Silva (Atendente Judiciária). A Vara conta com mais dois servidores cedidos pela Prefeitura e dois estagiários. O ideal, portanto, seria a nomeação de servidores concursados do TJPA, especialmente Analistas Judiciários com graduação em Direito, que deverão substituir gradativamente os cedidos da municipalidade.

Quanto à estrutura de apoio à atividade jurisdicional

Os equipamentos de informática instalados na Vara são razoáveis, em número e qualidade. Requer-se, no entanto, com a ampliação do quadro de servidores, que seja alocado pelo menos mais um computador, majorando-se esse número com o tempo.

Quanto ao acervo de processos em tramitação.

A Unidade Judiciária correicionada é de pequeno porte médio, abrigando, no período da inspeção, segundo o LIBRA, pouco mais de 1.000 (mil) processos. Os mais antigos foram analisados e constatou-se que alguns tramitam há mais de dez anos (são de 2001), o que requer concentração de esforços para redução desse quadro.

Quanto à padronização de rotinas e ao alcance de metas

Não há notícia de descumprimento do Manual de Rotinas instituído pelas Corregedorias de Justiça, havendo prejuízo sensível, no entanto, em relação às metas preconizadas pelo CNJ. A presença de juiz titular contribui para o atingimento da meta, o que ensejaria a redução sensível do acervo processual da Vara.

Quanto à alimentação dos sistemas de informação disponibilizados pelo CNJ e pela CJCI

Sugere-se recomendar ao juiz titular da Vara que, juntamente com o Diretor de Secretaria, procurem manter alimentados os bancos de dados disponíveis no endereço eletrônico <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>.

Quanto aos atos da Secretaria

No que tange às cartas precatórias recebidas de outros juízos, estão, no geral, com andamento atualizado. Sugere-se, no entanto, que algumas poucas cartas recebidas em 2009 (01) e 2010 (5) sejam devidamente cumpridas e devolvidas à origem, descongestionando, assim, a Vara.

Embora a Secretaria tenha informado que procura manter controle sobre as cartas expedidas a outros juízos, é certo que ainda não dispõe de mecanismo eficaz para reiteração das cobranças de devolução, pelo que se recomenda que adote medidas nesse sentido.

As petições iniciais e intermediárias estão regulares, apenas recomendando-se a juntada de 95 (noventa e cinco) relacionadas no item 33A.

Há número expressivo de processos conclusos há menos de 100 dias (294), há mais de 100 dias (159) e em fase de “pré-conclusão” (1432), recomendando-se rápida regularização dessa situação.

Quanto às custas processuais

O Diretor de Secretaria informou que a maioria das ações já chegam à secretaria com as custas iniciais pagas, e que quando não há pagamento aguarda-se o prazo de 30 dias, após o qual certifica e encaminha para o juiz. A arrecadação da 2ª Vara no período de

janeiro a setembro de 2011 foi de pouco mais de R\$ 54 mil.

A prática na Secretaria é de que as custas intermediárias sejam cobradas apenas por ocasião da finalização, o que prejudica a arrecadação. A servidora Jamile do Amaral Sales, da UNAJ, que acompanhou os trabalhos correicionais, relatou ter orientado o Diretor de Secretaria para a importância da cobrança antecipada dos atos a fim de evitar a evasão de receitas. Relatório dos setores de arrecadação do TJPA acompanha esta ata de correição.

3ª VARA PENAL

68. COMPETÊNCIAS

A competência da 3ª Vara Penal abrange o juízo singular, Tribunal do Júri e Execução Penal (neste caso, excepcionalmente, algumas execuções em regime aberto).

69. JUIZ COM ATUAÇÃO NA VARA

O magistrado com atuação na Vara é o Dr. Roberto Andres Itzcovich – Titular desde 26/02/2008.

Os períodos de ausência do juiz informados foram:

Nov/2009 – Férias (respondeu o Dr. Raimundo Rodrigues Santana)

Jan/2011 e Jul/2011 – Férias (respondeu o Dr. Caio Marco Berardo)

Não há juiz designado para auxiliar a Vara.

O Diretor de Secretaria informou que não exercia controle de magistrados designados para a Vara, mas referiu, na ocasião, que adotaria mecanismo para isso.

70. SERVIDORES COM ATUAÇÃO NA VARA

Servidor do TJPA:

Ailton Nazaré Pinheiro Júnior – Diretor de Secretaria designado pela Portaria 1119/2004. Cursando Gestão Empresarial.

Servidores cedidos pela Prefeitura de Barcarena:

Tatiana Conceição Barros – Auxiliar de Secretaria.

Marcelo dos Anjos Gomes – Auxiliar de Secretaria.

Marilda Albuquerque Botelho – Auxiliar de Secretaria (Graduada em Serviço Social).

Elizângela Pinto Costa – Assessora de Gabinete. Bacharel em Direito.

O Diretor de Secretaria refere a escassez de servidores, destacando que apenas ele é concursado do TJPA e o volume de trabalho é bastante elevado, dada a competência que é atribuída à Vara.

71. POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Natureza	Masculino	Feminino
Preso provisório	04	===
Preso apenado	===	===
Apenado em regime aberto	08	===
TOTAL	12	===
Preso vinculado à Unidade Judiciária (provisório e apenado)	04	===
Preso vinculado a outra Unidade Judiciária (provisório ou apenado)	===	===

72. ACERVO PROCESSUAL

O número de processos, de acordo com os registros existentes no LIBRA, era de 2.406 (dois mil, quatrocentos e seis). Segundo a contagem física, de apenas 1.081 (mil e oitenta e um).

Os autos processuais são sempre cadastrados no Libra, assim como os atos praticados pelo juiz. O acervo está assim discriminado:

Ações penais com réu preso = 05

Ações penais com réu solto = 1.076

<p><i>Ações penais da Meta 2/CNJ – 2009 = 58</i> <i>Ações penais da Meta 2/CNJ – 2010 = 32</i> <i>Ações penais de Júri = não informado.</i> <i>Habeas corpus = não informado.</i> <i>Inquéritos policiais com indiciado preso = 01</i> <i>Inquéritos policiais com indiciado solto = 04</i> <i>Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCOs) = 46</i></p>
<p>73. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO PELA UNIDADE JUDICIÁRIA DO PLANO DE GESTÃO PARA O FUNCIONAMENTO DAS VARAS CRIMINAIS EDITADO PELO CNJ <i>O Diretor de Secretaria referiu, no período da inspeção correicional, que aguardava a implantação do Manual de Rotinas.</i></p>
<p>74. CUMPRIMENTO DA META 1/CNJ <i>O Diretor de Secretaria informa que a Vara vem cumprindo a Meta 1 do CNJ, isto é, que o número de sentenças proferidas tem sido regularmente igual ou superior ao número de ações ajuizadas no período.</i></p>
<p>75. CUMPRIMENTO DAS METAS 3 E 4/2011 – CNJ <i>(identificar e julgar em 2011 as ações penais relativas a delitos do Júri distribuídas até 31/12/2007 e ultrapassar a fase de pronúncia nos feitos do Júri distribuídos até 31/12/2008)</i> <i>Havia, na ocasião da correição, uma sessão do Júri designada para o dia 18/10 e seria a primeira a ser presidida pelo juiz Roberto Andres Itzcovich.</i> <i>Há processos pendentes e, neste caso, o mais antigo é de 1993.</i></p>
<p>76. PENDÊNCIAS NA APRECIÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE PRISÃO EM FLAGRANTE <i>O Diretor de Secretaria refere não haver pendências.</i></p>
<p>77. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDOS DE DECRETAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. <i>Havia 2 (dois) pedidos de decretação e 1 (um) de revogação.</i></p>
<p>78. PENDÊNCIAS EM RELAÇÃO A PEDIDO DE BENEFÍCIO EM FAVOR DE RÉU PRESO <i>Não há pedidos pendentes.</i></p>
<p>79. IDENTIFICAÇÃO DE FEITOS ATRAVÉS DE ETIQUETAS INDICATIVAS <i>A Unidade Judiciária identifica os feitos de réus presos com tarjas vermelhas.</i></p>
<p>80. CASO NÃO HAJA COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO PENAL, VERIFICAR QUAL O ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO VINCULADO À UNIDADE JUDICIÁRIA. <i>A competência é da Comarca de Abaetetuba, onde há um Centro de Recuperação vinculado à SUSIPE.</i></p>
<p>81. EXISTÊNCIA DE PROCESSO DE EXECUÇÃO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE NO REGIME ABERTO, COMBINADO COM O BENEFÍCIO DO</p>

REGIME DOMICILIAR.
Há 7 (sete) processos de execução no regime aberto domiciliar e 01 (um) em livramento condicional.

82. ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS EXISTENTES NA VARA

<i>Processo</i>	<i>Natureza</i>	<i>Tramitação</i>
0001172-27.2006	<i>Homicídio qualificado</i>	<i>Revogada a designação do Júri por necessidade de serviço (10/03/2010). O júri foi marcado por 3 (três) vezes.</i>
0001111-41.2006	<i>Tentativa de homicídio</i>	<i>Revogada a designação do Júri por necessidade de serviço (10/03/2010). Sessão marcada 8 (oito) vezes.</i>
0001166-57.2006	<i>Homicídio simples</i>	<i>Revogada a designação do Júri por necessidade de serviço (10/03/2010). Sessão marcada 4 (quatro) vezes.</i>
0000005-05.2006	<i>Homicídio qualificado</i>	<i>Revogada a designação do Júri por necessidade de serviço (10/03/2010).</i>
0002489-38.2006	<i>Corrupção passiva</i>	<i>Redistribuído para a 3ª Vara em jan/2007, a quando de sua instalação. Não mais tramitou. Fase de instrução.</i>
0001617-54.2007	<i>Homicídio qualificado</i>	<i>Fase de contralibelo. Oficiado em 12/12/2008 ao Defensor Público para apresentação.</i>
0002110.90.2006	<i>Roubo</i>	<i>Expedido edital de citação em 28/09/2010.</i>
0001123-78.2006	<i>Homicídio qualificado</i>	<i>Revogada a designação do Júri por necessidade de serviço (10/03/2010). Sessão marcada 2 (duas) vezes.</i>
0000045-36.2006	<i>Homicídio qualificado</i>	<i>Aguarda exame complementar. Ofício expedido em 21/06/2000 e reiterado em 07/08/2002 e 25/06/2008.</i>
0000322-85.2005	<i>Roubo</i>	<i>Redistribuição para a 3ª Vara em jan/2007, a quando de sua instalação. Não mais tramitou. Fase de instrução.</i>

83. REGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS DE RÉUS PRESOS

Durante a correição foram analisados 3 (três) autos criminais com 4 (quatro) réus presos provisórios:

000699-72.2011 = processo suspenso para averiguar a sanidade mental do acusado.

0001438-63.2011 = audiência de instrução não realizada em 04/10/2011 face à não apresentação do réu que se encontrava preso em Belém.

0002533-58.2011 = trata-se de comunicação de prisão em flagrante que foi mantido e aguarda conclusão do inquérito.

Na média, os processos de réus presos estão com sua tramitação regular.

84. VERIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI NOS ÚLTIMOS 24 MESES.

Não foi realizada nenhuma sessão do Tribunal do Júri nos últimos dois anos.

85. ALIMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO¹

SISTEMA		SIM	NÃO
<i>Sistema de Informações da Corregedoria</i>		X	
<i>Sistema Nacional de Bens Apreendidos</i>		X	
BACENJUD		X	
<i>Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa</i>		X	
INFOJUD		X	
¹ <i>Informações prestadas pelo Diretor de Secretaria</i>			
<i>O Serviço de Registro das Atividades Judiciais informa que a 3ª Vara não informou a produtividade da serventia nos meses de novembro e dezembro de 2009 e a produtividade do magistrado no mês de novembro/2009.</i>			
86. INQUÉRITOS POLICIAIS			
86A. RELACIONAR OS PENDENTES DE ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO			
<i>Não há.</i>			
86B. REMETIDOS À AUTORIDADE POLICIAL PARA DILIGÊNCIAS E NÃO DEVOLVIDOS			
Inquérito	Data da remessa	Inquérito	Data da remessa
0003818-86.2006	08/02/2007	0000298-53.2007	02/03/2007
0003101-82.2006	02/03/2007	0000259-54.2007	12/03/2007
0003746-58.2006	12/03/2007	0002858-36.2006	12/03/2007
0000020-85.2007	12/03/2007	0000260-49.2007	12/03/2007
0002859-31.2006	12/03/2007	0000336-57.2007	12/03/2007
0003912-04.2006	12/03/2007	0000377-46.2007	12/03/2007
0000254-58.2006	13/03/2007	0002932-54.2006	13/03/2007
0002938-24.2006	13/03/2007	0003164-58.2006	13/03/2007
0000671-10.2006	13/03/2007	0000408-85.2007	13/03/2007
0000468-76.2007	13/03/2007	0003309-12.2006	13/03/2007
0000757-44.2005	13/03/2007	0003791-27.2006	13/03/2007
0003900-64.2006	13/03/2007	0002603-50.2006	13/03/2007
0000321-35.2007	15/03/2007	0003939-63.2006	16/03/2007
0003502-17.2006	16/03/2007	0003956-75.2006	16/03/2007
0003851-18.2006	16/03/2007	0000310-90.2007	16/03/2007
0000329-92.2007	16/03/2007	0000724-36.2006	16/03/2007
0003050-46.2006	21/03/2007	0000320-40.2007	09/04/2007
0000264-29.2007	09/04/2007	0000859-61.2007	16/05/2007
0000270-96.2007	17/05/2007	0002517-92.2006	17/05/2007
0000248-12.2007	17/05/2007	0000784-48.2007	22/05/2007
0000570-30.2006	22/05/2007	0000409-80.2007	25/05/2007
0000312-80.2007	25/05/2007	0002638-69.2006	25/05/2007
0000860-56.2007	25/05/2007	0000831-07.2007	25/05/2007
0000882-43.2007	25/05/2007	0000849-14.2007	30/05/2007
0000846-29.2007	30/05/2007	0000964-21.2007	30/05/2007
0000855.81.2007	30/05/2007	0000854-86.2007	30/05/2007
0000883-38.2007	18/06/2007	0000838-69.2007	18/06/2007
0000835-84.2007	18/06/2007	0000837-74.2007	18/06/2007
0000452-59.2007	18/06/2007	0001679-35.2007	17/08/2007

0000830-12.2007	17/08/2007	0000833-94.2007	17/08/2007
0000839-64.2007	17/08/2007	0000832-78.2006	17/08/2007
0000883-93.2005	17/08/2007	0000761-24.2005	17/08/2007
0001978-92.2007	25/09/2007	0002212-86.2007	17/10/2007
0001471-08.2007	18/10/2007	0001652-73.2007	18/10/2007
0002914-68.2007	31/03/2008	0000151-33.2008	05/05/2008
0001957-03.2007	09/06/2008	0001551-93.2007	09/06/2008
0001851-48.2007	09/06/2008	0000027-71.2008	10/06/2008
0001051-71.2007	11/06/2008	0001986-52.2007	24/06/2008
0000516-30.2007	24/06/2008	0001901-89.2007	24/06/2008
0003035-45.2007	21/07/2008	0001823-15.2008	09/10/2008
0002601-05.2008	17/11/2008	0002659-06.2008	20/11/2008
0002444-24.2008	20/11/2008	0002440-34.2008	20/11/2008
0001337-20.2008	21/11/2008	0002532-59.2008	21/11/2008
0002574-43.2008	21/11/2008	0001341-97.2008	03/12/2008
0002725-64.2008	03/12/2008	0003909-19.2006	04/12/2008
0002727-54.2008	04/12/2008	0002722-79.2008	10/12/2008
0002726-59.2008	15/12/2008	0002684-75.2008	15/12/2008
0002772-23.2008	15/12/2008	0002717-07.2008	15/12/2008
0000376-72.2008	16/01/2009	0002895-87.2008	16/01/2009
0000080-21.2009	21/01/2009	0000816-61.2006	23/01/2009
0000776-12.2008	23/01/2009	0002549-71.2008	23/01/2009
0000881-69.2008	23/01/2009	0002245-39.2008	23/01/2009
0000013-65.2009	23/01/2009	0000453-75.2008	23/01/2009
0000830-33.2008	23/01/2009	0001036-70.2008	23/01/2009
0001682-41.2008	23/01/2009	0000964-42.2008	23/01/2009
0001886-88.2008	23/01/2009	0001558-79.2008	29/01/2009
0001587-31.2008	29/01/2009	0001585-41.2008	29/01/2009
0000322-30.2007	29/01/2009	0002983-35.2008	29/01/2009
0001240-20.2008	29/01/2009	0000963-47.2008	29/01/2009
0001069-02.2008	29/01/2009	0001955-34.2008	29/02/2009
0000284-68.2009	19/02/2009	0000028-66.2008	19/02/2009
0000223-82.2009	19/02/2009	0000273-26.2009	19/02/2009
0000060-24.2009	19/02/2009	0000113-50.2009	19/02/2009
0000270-41.2009	05/03/2009	0000456-39.2007	05/03/2009
0000272-31.2009	16/04/2009	0000220-97.2009	17/04/2009
0001080-65.2008	27/05/2009	0001669-30.2009	01/07/2009
0001667-40.2009	01/07/2009	0001980-27.2009	05/08/2009
0000830-88.2006	19/08/2009	0001918-46.2009	21/08/2009
0001676-92.2009	21/08/2009	0002199-96.2009	14/09/2009
0001672-36.2010	23/06/2010	0001903-45.2010	20/07/2010
0000071-11.2011	14/01/2011	0002469-07.2009	14/01/2011
0000841-54.2007	14/01/2011	0000290-80.2011	17/03/2011
0002232-83.2007	06/06/2011	0000210-92.2011	06/06/2011

86C. REMETIDOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não há como separar os inquéritos dos processos, pois apenas em maio de 2009 começaram a ser cadastrados como procedimento investigatório).

0002245-13.2011	31/08/2011	0001889-39.2011	05/09/2011
0002324-89.2011	16/09/2011	0002255-57.2011	21/09/2011
0002244-28.2011	21/09/2011	0002284-10.2011	27/09/2011
0001639-28.2011	21/09/2011	0001641-18.2011	21/09/2011
0002477-25.2011	28/09/2011	0002272-93.2011	28/09/2011
0002393-24.2011	28/09/2011	0002409-75.2011	28/09/2011
0002370-78.2011	04/10/2011	0002412-30.2011	04/10/2011
0002412-45.2011	04/10/2011	0002341-28.2011	04/10/2011
0002315-30.2011	06/10/2011	0002410-60.2011	06/10/2011
0002423-59.2011	06/10/2011		
87. ADEQUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS			
87A. RECEBIDAS	87B. DEVOLVIDAS	87C. TRAMITANDO	
2009 = 144	2009 = 139	33 em tramitação	
2010 = 183	2010 = 172		
2011 = 141 (até setembro)	2011 = 129 (até setembro)		
88. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS E AINDA NÃO CUMPRIDAS			
<i>Número</i>	<i>Recebimento</i>	<i>Finalidade</i>	
0002267-71.2011	30/08/2011	Intimação do réu para audiência.	
0002320-52.2011	05/09/2011	Citação do acusado.	
0002343-95.2011	08/09/2011	Intimação de sentença.	
0002358-64.2011	09/09/2011	Citação do acusado.	
0002362-04.2011	09/09/2011	Citação dos acusados.	
0002636-86.2011	09/09/2011	Citação do acusado.	
0002386-32.2011	14/09/2011	Intimação do autor para audiência.	
0002408-90.2011	16/09/2011	Citação do acusado.	
0001826-63.2011	11/07/2011	Intimação do acusado de decisão.	
0002106-21.2011	08/08/2011	Intimação de sentença.	
0002147-28.2011	11/08/2011	Citação do acusado.	
0002155-05.2011	11/08/2011	Intimação da vítima de decisão.	
0002201-91.2011	18/08/2011	Citação do acusado.	
0002249-50.2011	25/08/2011	Intimação da vítima de decisão.	
0001933-13.2011	01/08/2011	Cumprimento de mandado de prisão.	
0002547-05.2009	23/09/2011	Fiscalização do cumprimento de pena.	
0000589-40.2011	01/03/2011	Fiscalização do período de provas.	
0001492-84.2011	08/06/2011	Fiscalização do período de provas.	
2007.2.000483-3	24/05/2007	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	
2007.2.000070-8	29/01/2007	Fiscalização do livramento condicional.	
2009.2.000049-1	19/01/2009	Fiscalização do benefício de liberdade provisória.	
0001350-18.2011	25/05/2011	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	
0002285-75.2010	01/09/2010	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	
2008.2.000869-4	04/12/2008	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	
2009.2.000031-8	09/01/2009	Fiscalização do livramento condicional.	
2005.2.000120-3	17/10/2005	Fiscalização do benefício de liberdade provisória.	
2008.2.000702-6	29/09/2008	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	
2008.2.000610-1	13/08/2008	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	
2009.2.000822-1	08/09/2009	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	
2009.2.000030-0	09/01/2009	Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.	

2009.2.000616-8	15/07/2009	<i>Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.</i>	
0001849-24.2010	15/07/2010	<i>Fiscalização do benefício de prisão domiciliar.</i>	
0000616-02.2011	03/03/2011	<i>Cumprir mandado de prisão.</i>	
89. CUMPRIMENTO DE CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS A OUTROS JUÍZOS			
89A. VERIFICAR EXISTENCIA DE CONTROLE <i>O Diretor de Secretaria informa que mantém controle sobre as cartas expedidas.</i>		89B. SE HÁ REITERAÇÕES <i>Não. O DS justifica pela carência de servidores, priorizando outras atividades.</i>	
90. PETIÇÕES INICIAIS PENDENTES (Denúncias, Representações, etc.)			
90A. PENDENTES DE REGISTRO E AUTUAÇÃO <i>Não há pendências.</i>	90B. PENDENTES DE CONCLUSÃO <i>Há 58 (cinquenta e oito) pendências.</i>	90C. PENDENTES DE DESPACHO <i>Não há pendências, a não ser as de conclusão.</i>	
91. PETIÇÕES INTERLOCUTÓRIAS PENDENTES			
91A. NÃO JUNTADAS <i>Não há</i>	91B. NÃO REMETIDAS À CONCLUSÃO <i>Não há.</i>	91C. NÃO DESPACHADAS <i>Não há</i>	
92. PENDENCIAS DA SERVENTIA			
92A. AUTOS PARALISADOS POR FALTA DE CUMPRIMENTO JUDICIAL (+ de 100 dias) <i>Não há.</i>			
92B. AUTOS AGUARDANDO CONCLUSÃO (“PRÉ-CONCLUSÃO”) <i>Segundo o DS, há 58 autos nessa condição.</i>			
93. MANDADOS COM CARGA EM ABERTO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA			
Nome		Qte.	Data mais antiga
<i>Cláudia Larissa Azevedo Barbosa</i>		<i>03</i>	<i>Não informado</i>
<i>Ênio Torres Rodrigues</i>		<i>685</i>	<i>Não informado</i>
<i>Harley Furtado Vieira</i>		<i>222</i>	<i>Não informado</i>
<i>José Guilherme Fernandes dos Santos</i>		<i>558</i>	<i>Não informado</i>
<i>José Maria Torres Campos</i>		<i>661</i>	<i>Não informado</i>
<i>Marcelo Augusto Sousa Rodrigues</i>		<i>743</i>	<i>Não informado</i>
<i>Mário Francisco Furtado da Cruz</i>		<i>492</i>	<i>Não informado</i>
<i>Pablo John Pereira de Ataíde</i>		<i>17</i>	<i>Não informado</i>
<i>Victor Hugo Magno e Silva</i>		<i>11</i>	<i>Não informado</i>
94. PROCESSOS CONCLUSOS			
94A. HÁ MENOS DE 100 DIAS: <i>Não há</i>	94B. HÁ MAIS DE 100 DIAS <i>Não há</i>	94C. “PRÉ-CONCLUSÃO” <i>58</i>	
95. PROCESSOS RETIRADOS COM CARGA			
95A. MIN. PÚBLICO: <i>Quantidade = 381</i> <i>Carga mais antiga:</i> <i>19/04/2007</i>	95B. DEF. PÚBLICA: <i>Quantidade.: 05</i> <i>Carga mais antiga:</i> <i>22/03/2011</i>	95C. ADVOGADOS: <i>Quantidade: 20</i> <i>Carga mais antiga:</i> <i>19/03/2009</i>	

Quanto às instalações físicas

Como já frisado em outro ponto deste relatório, percebe-se que a estrutura do prédio demanda reforma imediata. Além dos espaços serem exíguos diante da expressiva quantidade de processos, há inutilização de alguns deles. A realização de sessão de júris, por exemplo, vê-se comprometida pela instalação do poço artesiano na sala secreta. Há necessidade, portanto, de revisão da área disponível para o funcionamento da Vara.

Quanto à disponibilidade (ou carência) de juiz

A Vara possui juiz titular e isso constitui um ponto positivo para o seu regular funcionamento. Não obstante isso, entendemos que há necessidade de alguns ajustes na capacidade operacional da Unidade Judiciária, de modo a proporcionar incremento da eficiência na prestação jurisdicional.

Quanto à presença dos órgãos de apoio à jurisdição

Requer-se que o Ministério Público disponibilize maior número de Promotores para atuação na Comarca, haja vista a presença de apenas dois deles para atender a três Varas.

Quanto à disponibilidade de recursos humanos

O número de servidores é insuficiente para atendimento da expressiva demanda da Vara. O único servidor do quadro efetivo do TJPA é o Diretor de Secretaria. Os demais são cedidos pela Prefeitura do Município e suas graduações nem sempre condizem com a necessidade de conhecimento da matéria com que tratam diariamente. O ideal seria, assim, a nomeação de servidores concursados, preferencialmente Analistas Judiciários com formação em Direito, substituindo-se, gradativamente, os cedidos.

Quanto à estrutura de apoio à atividade jurisdicional

Os equipamentos de informática instalados na Vara são razoáveis, em número e qualidade. Requer-se, no entanto, com a ampliação do quadro de servidores, que seja alocado pelo menos mais um computador.

Quanto ao acervo de processos em tramitação.

A Unidade Judiciária correicionada é de pequeno porte médio, abrigando, no período da inspeção, segundo o LIBRA, pouco mais de 2.000 (dois mil) processos. A contagem física, no entanto, revelou apenas 1.081 (mil e oitenta e um), do que decorre imperioso verificar a correção desses números e, se for o caso, promover as baixas e registros necessários, acreditando-se que o LIBRA contabilize autos que já foram decididos e que deveriam estar arquivados, como, por exemplo, aquelas de natureza cautelar (comunicações de flagrante, pedidos de liberdade provisória, representações, etc.).

Os mais antigos foram analisados e constatou-se que alguns, especialmente aqueles de competência do Júri, são bastante postergados, o que requer concentração de esforços para dar-lhes breve solução. Há processos, por exemplo, cuja sessão de julgamento foi remarcada por 8 (oito) vezes (Processo Nº 000111-41.2006). Urge, assim, que o juiz

justifique a solução de continuidade da tramitação desses processos.

Quanto à padronização de rotinas e ao alcance de metas

Não há notícia de descumprimento do Manual de Rotinas instituído pelas Corregedorias de Justiça, havendo prejuízo sensível, no entanto, em relação às metas preconizadas pelo CNJ. Há necessidade de que magistrado e servidores concentrem esforços visando a melhoria do desempenho da prestação jurisdicional. As Metas 3 e 4, por exemplo, não tem sido objeto da atenção da Unidade Judiciária. Há processos pendentes de julgamento e as sessões do Tribunal do Júri têm sido sistematicamente adiadas.

Quanto à alimentação dos sistemas de informação disponibilizados pelo CNJ e pela CJCI

Sugere-se recomendar ao juiz titular da Vara que, juntamente com o Diretor de Secretaria, procurem manter alimentados os bancos de dados disponíveis no endereço eletrônico <http://www.tjpa.jus.br/corregedoria/interior/sistemas.html>, assim como prestem as informações que revelem a produtividade da serventia e do magistrado.

Quanto aos atos da Secretaria

No que tange às cartas precatórias recebidas de outros juízos, estão, no geral, com andamento atualizado. Sugere-se, no entanto, que as cartas destinadas a mera citação ou intimação para comparecimento em audiência sejam de imediato cumpridas e devolvidas. Isso, como se sabe, é fator de descongestionamento da Vara..

Embora a Secretaria tenha informado que procura manter controle sobre as cartas expedidas a outros juízos, é certo que ainda não dispõe de mecanismo eficaz para reiteração das cobranças de devolução, pelo que se recomenda que adote medidas nesse sentido.

Há inquéritos policiais devolvidos à Delegacia de Polícia para diligências e, até o momento, não concluídos. A lista existente no item 55B revela remessas efetuadas em 2007, o que demanda, até o momento, mais de cinco anos. Recomenda-se que o juiz officie ao Ministério Público, ofertando ao órgão o rol dos inquéritos, a fim de que adotem as providências que entendam cabíveis.

As petições iniciais e intermediárias estão regulares, apenas recomendando-se a conclusão de 58 (cinquenta e oito) mencionadas no item 59B.

Há número expressivo de mandados com carga em aberto para Oficiais de Justiça. Apenas para realçar esse dado, verificou-se que o serventuário Marcelo Augusto mantém em seu poder mais de 700 (setecentos) mandados para cumprimento, apenas da 3ª Vara Penal. Recomenda-se à Secretaria da Vara que adote mecanismos de controle da entrega desses mandados, a fim de que possa, quando demandada para isso, informar a data em que o ato foi praticado.

Quanto à atuação do magistrado

Após a conclusão do Procedimento de Apuração Preliminar Nº 2011.7.001813-5, instaurado para esclarecer reclamações registradas nesta Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior contra o juiz titular da 3ª Vara de Barcarena, foi decidida, em sessão ordinária do Pleno do TJPA, realizada em 29/02/2012, a abertura de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do magistrado Roberto Andrés Itzcovich. Os principais pontos de reclamação contra o juiz foram:

- *Falta de agilidade nos processos de réus soltos.*
- *Ausência de pauta de julgamentos dos processos de competência do Júri, conforme já mencionado na ata de Correição Ordinária de 2008.*
- *Designação e realização de audiências únicas, reunindo, ao mesmo tempo e no mesmo ambiente, todas as vítimas de violência doméstica, assim como as partes nos Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCO's).*
- *Extinção de processos sem a ciência do MP.*
- *Termos de audiências constando as ausências dos representantes do Ministério Público.*
- *Falta de manifestação do Ministério Público antes do recebimento da denúncia, nos casos da Lei Maria da Penha.*
- *Negativa do Diretor de Secretaria, por determinação do juiz, de fornecer certidões requeridas pelo Ministério Público.*
- *Encaminhamento, em um só dia, de 46 (quarenta e seis) processos ao MP nos quais haviam sido rejeitadas as denúncias, sem fundamentação plausível.*
- *Falta de encaminhamento ao MP, para ciência, da homologação ou não dos flagrantes.*
- *Remessa de 580 (quinhentos e oitenta) processos ao MP, de uma só vez, nos quais o juiz havia apresentado rejeições de denúncias, extinção de punibilidades, absolvições sumárias e outras medidas totalmente contrárias à legalidade e ao rito processual.*
- *Rejeições de denúncias após iniciada a instrução processual ou com instruções já finalizadas, até mesmo de réus pronunciados.*
- *Decretação de extinção da punibilidade, sem que tenha ocorrido o prazo prescricional.*

Recomenda-se, assim, que uma cópia deste relatório de correição seja encaminhada ao Desembargador Leonam Gondin da Cruz Júnior, sorteado relator do PAD aqui referenciado, dando-lhe conhecimento da situação verificada na 3ª Vara da Comarca de Barcarena.

Cristiano Arantes e Silva
Juiz Auxiliar da CJCI

Alessandra Ormanes Tamer
Analista Judiciária

Francisco de Assis Fiuza
Analista Judiciário